



A quebra do monopólio da exploração do Petróleo

Alexandre Santos

Comentário sobre a quebra do monopólio nacional da exploração do petróleo no Brasil pelo governo do presidente Fernando Henrique Cardoso.

O petróleo é nosso ? Foi até o governo Cardoso. Agora pertence aos Raubritters do setor petrolífero.

O governo Cardoso tem sido pródigo em debilitar as condições de vida do povo, em desmontar o Estado Nacional e em destruir o patrimônio público. Em relação a dilapidação do nosso patrimônio mineral, cujo primeiro passo foi dado, ainda em maio de 1997, com a privatização da Cia Vale do Rio Doce, a sanha destrutiva do governo Cardoso adquiriu novo impulso com os recentes leilões que quebraram o monopólio da PETROBRÁS para a exploração e produção de petróleo no país. Na realidade, como sempre foi um calo na vida dos estrangeiros gulosos e dos brasileiros xenófilos, o monopólio da PETROBRÁS sempre foi alvo de cerrado combate. Aliás, a exemplo do que ocorreu nos principais setores da economia nacional, o governo Cardoso criou o ambiente propício para seu enfraquecimento. No curso de uma campanha cuidadosamente articulada, no final de janeiro de 1998, o presidente Cardoso deu a largada ao processo, incorporando ao famigerado Programa Nacional de Desestatização todas as ações da PETROBRÁS que excediam ao mínimo necessário para a manutenção do controle acionário. Em seguida, usando a enorme capacidade de pressão que dispunha na época, o governo Cardoso forçou o Congresso Nacional a aprovar uma Emenda Constitucional que autorizou a quebra do monopólio da PETROBRÁS, abrindo os flancos do país para a invasão de multinacionais que, egoístas e descompromissadas com o bem estar das populações locais, nunca vacilaram em criar guerras ou derrubar governos apenas para ganhar mais dinheiro. Esse é o pano de fundo dos leilões que quebraram o monopólio da PETROBRÁS, abrindo a exploração e produção de petróleo em 27 áreas localizadas em oito bacias sedimentares.

Os tais leilões, realizados no Hotel Sheraton, no Rio de Janeiro, durante os dias 15 e 16 de junho de 1999, foram, no mínimo, muito esquisitos. Para começar, a PETROBRÁS foi forçada a pagar pelo direito de explorar petróleo em áreas que, afinal de contas, já eram suas. Depois, para garantir o sucesso do leilão, ameaçado pela possibilidade de não haver compradores para certas áreas, e para "preservar sua imagem internacional", a PETROBRÁS foi obrigada a participar do leilão. Vale ainda destacar que, como vem ocorrendo em todos os leilões de privatização ocorridos no governo Cardoso, os lances realçaram inconsistência e uma certa nebulosidade nos preços mínimos calculados pela ANP. De fato, os leilões apresentaram lances estonteantes. Um deles alcançou o ágio de 53.565 % (isso mesmo, quase 54 mil por cento), deixando claro que houve sub-avaliação, irresponsabilidade ou, mesmo, má fé na composição dos preços mínimos. A inexistência de disputa na aquisição da

maioria das áreas, por outro lado, insinua que houve o prévio entendimento entre os concorrentes. Ao final dos leilões, quatro áreas “boiaram” e o governo Cardoso arrecadou R\$ 217.852.682,00 – as trinta moedas pelas quais vendeu o controle nacional sobre as reservas petrolíferas, comprometendo ainda mais a situação estratégica do país.

As diretrizes do sociólogo-presidente Fernando Henrique Cardoso são piores até mesmo do que aquelas tomadas pelo general-presidente Ernesto Geisel que, na década 70, obrigou a PETROBRÁS a firmar os famosos Contratos de Risco. Note que, com o general Geisel, se quisessem ganhar dinheiro, as multinacionais tinham de descobrir o petróleo. Agora, com o sociólogo Cardoso, até isso é desnecessário, pois a presença de óleo e gás natural já foi confirmada pela PETROBRÁS. Culminando o escancaramento das fronteiras minerais do Brasil, as multinacionais ainda foram presenteadas pelo BNDES com a garantia de até US\$ 10 bilhões para financiar suas atividades nos próximos dez anos. Significativamente, entre os principais personagens do episódio que quebrou o monopólio da PETROBRÁS, nenhum João da Silva ou José dos Santos. Na direção geral da Agência Nacional do Petróleo, um tal David Zylbersztajn, que por sinal é genro do presidente Cardoso, e na presidência da PETROBRÁS, um tal Henri Philippe Reichstul, cujos nomes dizem muita coisa.

Se considerarmos que o petróleo é um recurso natural não renovável, cujas reservas mundiais tendem a se exaurir em pouco tempo, fica clara a crucial importância da manutenção do monopólio estatal sobre sua exploração, produção e refino. Nessa perspectiva, ao invés de procurar retirar-se, como quer o governo liberal do Sr. Cardoso, o Estado Nacional deveria ampliar sua presença no setor. Houve um tempo em que a preservação da PETROBRÁS era uma questão de orgulho nacional. Agora, tendo em vista a importância estratégica do objeto da sua ação, a preservação e fortalecimento da PETROBRÁS são uma questão de segurança nacional. Infelizmente, o governo Cardoso não tem esse sentimento.

Por essa e por outras, fica difícil duvidar que o governo Cardoso não tem o propósito de esfacelar o Estado Nacional para transferir o comando da nação às grandes empresas transnacionais que vem ocupando progressivamente maiores espaços nos setores mais estratégicos do país.

Editorial de “O Libertador”, n.º 100, de junho de 1999.

Alexandre Santos é presidente do Partido da Solidariedade Nacional